

O mundo funerário dos séculos V a VIII em Portugal: perspetivas em torno das possibilidades de rastreamento de católicos e arianos*

ANDREIA AREZES



Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM-FLUP)

<https://orcid.org/0000-0002-3290-0949>

andrea.arezes@gmail.com

Resumo: Partindo da análise do mundo funerário no período compreendido entre os séculos V e VIII, propomo-nos explorar os dados arqueológicos disponíveis e as problemáticas por eles suscitadas, no sentido de questionar as possibilidades de identificação e caracterização de espaços de enterramento classificados como suevos e visigóticos, por um lado, e hispano-romanos, por outro. Para tal, discutimos conceitos chave e critérios de diferenciação para as necrópoles, que assentam na natureza das práticas implementadas, nos tipos de materiais depositados nas sepulturas, nos modelos de organização interna e nas áreas preferenciais de implantação. Cotejando as transformações documentadas no registo arqueológico com os dados relativos à conjuntura político-religiosa subjacente, perspetivamos diferentes linhas de pensamento e definimos os limites metodológicos que se colocam à interpretação.

Palavras-chave: Arqueologia funerária, Migrações, Etnicidade, Religião.

The funerary world from the 5th to the 8th centuries in Portugal: perspectives around the possibilities of track back catholics and arians

Abstract: On the basis of the analysis of the funeral world dated from 5th-8th centuries, I propose to explore the archaeological data available and the problems they raise, in order to question the possibilities of identification and characterization of burial spaces classified as Suevic and Visigothic, on the one hand, and Hispano-Romans, on the other. In this sense, I discuss key concepts and differentiation criteria concerning burial practices, types of materials deposited in graves, specific ways of organization and deployment options in the landscape. By confronting transformations in archaeological record with the political and religious context, I put in perspective different lines of thought and define the methodological limits of interpretation.

Keywords: Funerary archaeology, Migration, Ethnicity, Religion.

* Texto desenvolvido da intervenção proferida em 15 de fevereiro de 2016, no âmbito do Seminário de História Religiosa 2016, organizado pelo CEHR no Porto, subordinado ao tema: *Entre tolerância e intolerância: Percursos de sensibilidade religiosa*.

1. Introdução

Este texto debruça-se sobre um espaço e tempo concretos: o território atualmente definido como português e o intervalo que se estende entre o século V e o VIII. Em termos genéricos, podemos considerar que os “limites” temporais (naturalmente, não estanques) em que nos iremos movimentar coincidem com dois importantes momentos, marcados por acontecimentos que irão influenciar indelevelmente os contextos políticos, culturais e religiosos dos períodos históricos subsequentes.

No século V assistimos à penetração na Península Ibérica de grupos forâneos de origem oriental (documentada especialmente a partir de 409); no VIII, mais precisamente, em torno de 711, à chegada a esse mesmo território de um outro conjunto de grupos, também eles exógenos, mas desta feita, de procedência norte-africana. Traduzindo, referimo-nos, no primeiro caso, aos eventos tradicionalmente conhecidos como “invasões bárbaras” ou “germânicas”, protagonizadas, numa fase inicial, por suevos, alanos e vândalos e, numa segunda, por visigodos. Já os acontecimentos de 711 concernem à chamada “invasão árabe”, movimento que congregou fundamentalmente árabes e berberes sob a liderança de Tarik, e ditou o fim do “domínio” visigótico da Península, por essa altura, é certo, já intrinsecamente desestruturado.

É neste intervalo de sensivelmente três centúrias que nos iremos focar, no sentido de explorar o tema em análise. Com efeito, é nosso objetivo reflectir em torno das possibilidades proporcionadas pelos dados arqueológicos no sentido de identificar e caracterizar áreas e práticas de enterramento relacionadas com duas grandes “comunidades”, se assim as podemos designar. Por um lado, a dos hispano-romanos, defensores do Credo de Niceia e da chamada “*fides romana*”. Por outro, a dos comumente chamados “germânicos”, arianos, paladinos da “*fides gótica*”, e entre os quais se destacam os suevos e os visigodos, os únicos entre os grupos de “invasores” que lograram criar reinos no território peninsular. No entanto, sublinhamos desde já que este exercício não é linear e que, além do mais, não se encontra isento de problemáticas e ambiguidades.

Impõe-se por isso começar por fazer um ponto da situação relativamente a alguns dos conceitos que acompanham a narrativa das chamadas “grandes invasões”¹, tidas como indissociáveis do declínio e “queda de Roma”². Expressões como “povos bárbaros” ou “germânicos”³, foram recorrentemente utilizadas desde a

1 Iaroslav Lebedynsky – *Armes et guerriers barbares au temps des grandes invasions. (IV au VI siècle après J.-C.)*. Paris: Editions Errance, 2001.

2 Edward Gibbon – *The decline and fall of the Roman Empire*. Hertfordshire: Wordsworth Classics of World Literature, 1998 [1872] [1776-1788].

3 Tacitus – *A Germânia*. Introdução, tradução do latim, notas e glossário por Maria Isabel Rebelo Gonçalves. Lisboa: Nova Vega, 2011.

Antiguidade Clássica, e muitas vezes, como sinónimos⁴. O termo “bárbaro”, tão disseminado entre os gregos, era comumente dirigido aos que não falavam a língua e padeciam de uma condição geral inferior e transversal, que tocava campos tão distintos como a moral, os comportamentos alimentares ou as maneiras adotadas à mesa⁵. Com algumas variações de significado, se bem que nunca esvaziado de conotações pejorativas, manteve-se arraigado e viria a ser aplicado pelos romanos a saxões, francos ou godos. Tendente a votar sobre o “outro”, o “estrangeiro”, um olhar carregado de desconfiança e aversão, continuaria presente no léxico e no pensamento da Europa Medieval e Moderna⁶, mantendo-se vivo na atualidade. Entre os problemas suscitados pela utilização de tal vocábulo é inevitável apontar a generalização e a tendência para agregar sob uma mesma designação grupos étnicos bem diferenciados. Entre eles contam-se os que gravitavam para lá do *limes* e que, ao longo de gerações, foram atraídos pelas riquezas e pelos símbolos do *Imperium*. No entanto, há que lembrar que a própria ideia da existência de uma cissura dicotômica entre o mundo “civilizado” e as “*gentes* bárbaras” é, também ela, produto do sistema romano⁷.

Relativamente à definição de “povos germânicos”, é fulcral lembrar que sofreu uma evolução. É certo que já desde os finais do século I, altura em que é publicada *A Germânia*, de Cornélio Tácito, o termo “germânico” se foi disseminando, acabando por marcar presença em diversos textos latinos do período romano e da Antiguidade Tardia. Todavia, tal designação começou por ser usada para aludir, concretamente, aos grupos instalados junto do Reno e, em especial, aos francos. Em contrapartida, os grupos do Baixo Danúbio, como os visigodos, não eram mencionados de igual modo, isto apesar de falantes de uma língua germânica⁸. Com o tempo, porém, os visigodos e suevos passaram também a ser apelidados de “germânicos”, até ao ponto em que tal correlação acabou por ser apreendida e se sedimentar, à margem de questionamentos. E há que notar, a propósito, que as imprecisões não se encontram circunscritas apenas às denominações utilizadas para aludir às unidades étnicas, estendendo-se ao próprio entendimento da etnicidade. A noção de que cada grupo étnico constituía uma unidade ontológica, fechada e inalterável, com uma ascendência facilmente rastreável, entranhou-se na bibliografia e foi amplamente propalada. Nas últimas décadas, porém, assistiu-se a uma renovação profunda desse entendimento. As inconsistências internas dos argumentos, as críticas promovidas por novas publicações trazidas a lume, e o debate por elas suscitado, levou a que

4 Walter Goffart – Rome, Constantinople, and the Barbarians. *The American Historical Review*. 86 (1981) 278.

5 Walter Goffart – Rome, Constantinople, and the Barbarians. *The American Historical Review*. 86 (1981) 277; Peter Heather – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. London: Macmillan, 2009, p. xiv.

6 Walter Goffart – Rome, Constantinople, and the Barbarians. *The American Historical Review*. 86 (1981) 277.

7 Walter Pohl – Conceptions of ethnicity in Early Medieval studies. *Archaeologia Polona*. 29 (1991) 42.

8 Walter Goffart – Rome, Constantinople, and the Barbarians. *The American Historical Review*. 86 (1981) 278-279.

diversos pressupostos, como os que apontavam no sentido de os indivíduos que integravam uma etnia partilharem traços biológicos e culturais únicos e inalteráveis, comessem a cair por terra. Em contrapartida, introduziram-se outros conceitos e linhas de pensamento. A etnicidade passou a ser perspetiva como intrinsecamente dinâmica, mutável, adaptável às circunstâncias, ao tempo...em última análise, como um processo historicamente enquadrável⁹. Por seu turno, assumiu-se que a identidade étnica se encontra vinculada à ideia de “pertença”, do reconhecimento de si, ou seja, da autoconsciência da identificação. Neste sentido, também a diferenciação face ao “outro” se apresenta como um vetor de identidade, ao permitir marcar o afastamento e a oposição face a entidades distintas¹⁰.

Há, portanto, uma necessidade de promover releituras críticas: a este e a outros níveis. E, com efeito, a produção historiográfica a respeito da já mencionada narrativa das “invasões” vem denotando importantes inflexões. Na sequência do fim da II Guerra Mundial, começaram a expor-se as fragilidades do discurso histórico-culturalista e as consequências da excessiva concentração nas questões tipológicas. Com o abalo decorrente da alteração do pensamento, a própria ocorrência de migrações foi colocada em causa¹¹, e crescentemente encarada como parte de um mito. Avançou-se, portanto, de uma visão catastrofista, em que as invasões surgiam como geradoras de fenómenos de excecional violência e de um colapso generalizado (fruto das implicações profundas que acarretaram para o funcionamento das redes económicas, sociais, culturais e religiosas) para um cenário construído em função da ideia de continuidade, que pressupõe a acomodação pacífica dos “bárbaros” invasores¹². Na opinião de B. Ward-Perkins, é ilustrativa da nova conceptualização, amplamente devedora dos escritos de Peter Brown, a transformação de vocabulário expressa em muitos dos trabalhos recentemente editados: sem atender a termos como “crise”, “declínio” ou “queda”, passaram a privilegiar outras opções, mais neutras e sinalizadoras da ausência de noção de rutura¹³.

9 Walter Pohl – Introduction: strategies of distinction. In *Strategies of distinction. The construction of ethnic communities, 300-800*. Coord. de Walter Pohl; Helmu Reimitz. Leiden: Koninklijke Brill, 1998, p. 8; Peter John Ucko – Foreword. In *Archaeological approaches to cultural identity*. Coord. de Stephan Shennan. Taylor & Francis e-Library, 2003, p. xvii.

10 Siân Jones – *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997, p. xiii; Stephan Shennan – Introduction: archaeological approaches to cultural identity. In *Archaeological approaches to cultural identity*. Coord. de Stephan Shennan. Taylor & Francis e-Library, 2003, p.6.

11 Jes Martens – *The Vandals: myths and facts about a Germanic tribe of the first half of the 1st millennium AD*. Coord. de Stephan Shennan. Taylor & Francis e-Library, 2003, p. 62-63.

12 «[...] some historians in recent decades have also questioned the entire premise that the dissolution of the Roman Empire in the West was caused by hostile and violent invasion. Just the ‘transformation’ has become the buzzword for cultural change in this period, so ‘accommodation’ in now the fashionable word to explain how peoples from outside the empire came to live within and rule it [...]» (cf. Bryan Ward-Perkins – *The fall of Rome and the end of a Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 5).

13 Bryan Ward-Perkins – *The fall of Rome and the end of a Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 3-5.

Em paralelo, as novas teorias deixaram cair por terra os ensaios de identificação de grupos étnicos no registo arqueológico¹⁴. Com efeito, a tentativa de reconhecer em determinados artefactos, ou seja, numa dada “cultura material”, o cunho específico de grupos mencionados nas fontes escritas, tal como ensaiado por Gustav Kossina nos inícios do século XX¹⁵ e perpetuado por outros autores ao longo da mesma centúria, é passível de ser política e ideologicamente orientada, com consequências problemáticas¹⁶. No entanto, é indubitável que há elementos passíveis de fornecer indicações válidas relativamente à etnicidade de um grupo, sendo que a indumentária e os adereços que com ela se correlacionam figuram entre os indicadores mais sugestivos a analisar¹⁷.

Estas considerações introdutórias constituem ponto de partida para estabelecer ligação com a esfera dos critérios definidos para ensaiar a identificação de áreas de enterramento etnicamente diferenciáveis. A questão que se coloca prende-se, pois, com o tipo de variáveis que poderão ser equacionadas no sentido de permitir dar resposta a esta interrogação de fundo.

2. Os critérios aplicáveis e as problemáticas associadas

O mundo funerário dos séculos V a VIII espelha uma evidente ausência de unidade. Se por um lado encontramos sítios claramente correlacionados com as modalidades de enterramento pré-existentes, por outro somos confrontados com realidades dissonantes e ilustrativas da penetração de “novidades”. A mais premente prende-se com o aparecimento, em contexto sepulcral, de materiais denunciadores da inumação vestida, prática que começa a ter alguma expressão na Península Ibérica a partir do século V. Esta evidência é fulcral, e fundamentalmente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque os artefactos em causa se distinguem claramente dos que compõem o universo material tradicionalmente classificado como “hispano-romano”. Em segundo, porque o costume de sepultar os mortos vestidos e adornados é imputado aos grupos de origem “germânica”¹⁸, cristãos arianos, cuja conversão ao cristianismo estará associada, no caso dos visigodos, à influência exercida pelo bispo Ulfila,

14 Jes Martens – *The Vandals: myths and facts about a Germanic tribe of the first half of the 1st millennium AD*. Coord. de Stephan Shennan. Taylor & Francis e-Library, 2003, p. 62-63.

15 Bettina Arnold – The power of the past: nationalism and archaeology in 20th century Germany. *Archaeologia Polona*. 35-36 (1997-1998) 238.

16 Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 35-54.

17 Ian Hodder – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 56.

18 Mário Jorge Barroca – *Necrópoles e Sepulturas Medievais do Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 73.

responsável pela tradução da Bíblia para língua gótica¹⁹. Neste sentido, permite-nos reconhecer a presença de indivíduos de procedência forânea e, simultaneamente, diferenciá-los da população previamente estabelecida na “*Hispania*”.

Estas observações clarificam um dos vetores de diferenciação mais pertinentes e que, na nossa óptica, interessaria ter em consideração. Neste sentido, enquanto a sepultura de um indivíduo de procedência forânea tenderia a apresentar algum objeto relacionado com a prática da inumação vestida, a de um hispano-romano poderia não conservar qualquer adereço ou, quando muito, apenas os alfinetes metálicos utilizados para sustentar o sudário, símbolo do despojamento na morte, com alguma aceitação entre as comunidades paleocristãs²⁰. Contudo, é importante lembrar que as próprias manifestações culturais da população hispano-romana estavam, também elas, longe de poder ser consideradas unívocas e homogêneas. Na verdade, e nalguns casos, elas pareciam enformar uma amálgama que combinava influências colhidas nas práticas indígenas peninsulares, na religiosidade pagã romana²¹ e, claro, no cristianismo, em pleno processo de sedimentação²².

Com efeito, são vários os sítios que, pela sua dinâmica interna, demonstram as dificuldades em conceber leituras puramente dicotômicas; pelo contrário, permitem atestar coexistências aparentemente pouco consonantes. E retomando o que há pouco foi dito a respeito do despojamento que se consideraria ser apanágio do túmulo um cristão hispano-romano, poderíamos supor que, do ponto de vista material, seriam escassos os vestígios remanescentes, resumindo-se aos alfinetes destinados a prender o tecido do sudário ou, eventualmente, aos prego do “*feretrum*”, espécie de padiola usada na deslocação do corpo até ao local do enterramento e que podia acabar por ser também depositada no sepulcro²³. Todavia, há necrópoles que parecem não encaixar de modo pleno neste esquema, obrigando-nos a questionar a sua operacionalidade. Vejamos, a este propósito, o exemplo enformado pela Achada

19 Michael Kulikowski – *Rome's Gothic Wars. From the third century to Alaric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 107; Ana Maria C. M. Jorge – O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 25.

20 Mário Jorge Barroca – *Necrópoles e Sepulturas Medievais do Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 73.

21 Recordemos que o termo “*paganus*”, originalmente utilizado para aludir ao habitante do “*pagus*”, uma das unidades territoriais romanas, passou a ser utilizado desde o período de governo de Constante como uma espécie de “sinónimo” ou equivalente para aludir a adepto do politeísmo. É neste sentido que o termo se reveste de conotações contrárias ao monoteísmo, tendo sido recorrentemente usado na oratória e prédicas cristãs (cf. Ana Maria C. M. Jorge – Do combate contra o paganismo ao controle das superstições. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 22).

22 Mário Jorge Barroca – *Necrópoles e Sepulturas Medievais do Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 7-15.

23 Ricardo González Villaescusa – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d.C.* Madrid – Alicante: Casa de Velázquez, Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert», 2001, p. 91.



Fig. 1

Adorno/medalha áurea exumada em enterramento infantil/juvenil da necrópole da Achada de São Sebastião (Mértola). Depósito: Campo Arqueológico de Mértola (n.º de inv. BR - OR1 - 10).

de São Sebastião, em Mértola. Nesta área, muito afetada pelas grandes cheias do Guadiana de 1876²⁴, Estácio da Veiga identificou um “campo mortuário” onde, contudo, não chegou a intervir²⁵. Até ao momento, porém, e fruto das campanhas de escavação levadas a cabo pelo Campo Arqueológico de Mértola a partir de 1991, foram já identificadas no local 269 sepulturas, ainda que se coloque a hipótese de, originalmente, o seu número ser ainda maior. Com uma considerável diacronia de ocupação, que poderá ter-se iniciado no século III e estendido até ao V²⁶ ou posteriores, conforme atestado pela cronologia de alguns dos materiais exumados, os túmulos dispõem-se (salvo escassas exceções) no sentido noroeste-sudeste. Apesar de parte substancial se pautar por um total vazio artefactual, algumas das estruturas continham no seu interior potes, terrinas, pratos, tachos, taças e bilhas²⁷, corporizando o chamado “serviço de mesa”, base material de um costume profundamente enraizado no mundo romano, e que persistiu para além da queda do Império. Por outro lado, tudo indica que alguns dos inumados teriam, efetivamente, uma relação com a fé cristã, relação essa a que foi conferida “visibilidade” através da simbologia associada aos materiais com que foram a sepultar. Assim o sugere, num dos casos, um fragmento de lucerna cerâmica e, num outro, uma pequena medalha áurea²⁸ (Fig. 1),

24 «[...] entrei na cêrca de S. Sebastião, onde uma ermida d’este nome foi levada pela cheia no inverno de 1876 [...]. E não foi só a ermida que a cheia arrastou na sua desencadeada passagem; com a ermida foram as casas, as árvores e o terreno aravel do lugar; e d’aqui resultou o aparecimento de um campo mortuario com as sepulturas pela maior parte quase perpendiculares ao rio, geralmente cobertas de lages delgadas de marmore granolamellar, umas com supercicie polida, lisa, sem epitahios nem ornatos, e outras sem trabalho apreciavel [...]» (cf. Sebastião Philippe M. Estácio da Veiga – *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, p. 22).

25 Sebastião Philippe M. Estácio da Veiga – *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, p. 22-23.

26 Virgílio Lopes – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva, 2014, p. 70. 74.

27 Virgílio Lopes – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva, 2014, p. 73.

28 Virgílio Lopes – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva, 2014, p. 74. 438.

ambos dotados de um “*crismon*”²⁹ em posição destacada. No primeiro caso, o “*crismon*” apresenta-se em relevo na superfície superior do reservatório; já no segundo dos artefactos, o elemento simbólico em causa foi delineado através da aplicação da técnica do vazado, comum em placas de cinturão rígidas da segunda metade do século VI e inícios do VII³⁰. Associado a um enterramento infantil ou juvenil³¹, suscita, sem dúvida, várias questões, na medida em que foi produzida em metal nobre e depositada junto de um indivíduo sub-adulto. E muito embora não sejam conhecidos paralelos concretos para o objeto em causa, note-se que há outros sítios arrolados onde, apesar da escassez da componente artefactual, é precisamente em contexto de enterramento infantil que ocorrem os elementos mais eloquentes, quer do ponto do material de suporte, quer do carácter inequívoco da simbologia cristã. O caso da Terrugem (Elvas) e da colher litúrgica de prata ali detetada é igualmente desafiador³².

Compreende-se, portanto, que a dualidade previamente apontada não possa ser entendida de modo rígido. De qualquer modo, aproveitamos a referência ao conceito para acrescentar que ele é passível de ser aplicado a outros âmbitos, como seja o da própria topografia das áreas de enterramento, decorrente da sua implantação, em meio urbano ou rural³³. Registe-se, todavia, que também a este nível não pretendemos defender a existência de uma completa dissemelhança (em termos de estrutura e organização) entre as necrópoles inseridas em cada um dos referidos ambientes. É certo, porém, que há diferenças a sinalizar e que a profusão de realidades funerárias se afigura mais expressiva em contexto rural³⁴. Em paralelo, há que notar que essa diversidade é passível de se reflectir, por exemplo, nas opções tomadas relativamente aos locais de implantação. A este propósito, destaquem-se

29 O “*crismon*” consta de um monograma constituído pelo cruzamento das letras P e X, as duas primeiras do nome “*Christos*”, em grego. Igualmente gregos são os caracteres alfa e ómega, respetivamente, primeira e última letras do alfabeto, por vezes observáveis num dos braços do monograma, e por seu turno alusivos ao princípio e ao fim da evolução criadora (cf. Mariano Andrés Puente – *El Crismón: historia e evolución*. In *XII Jornadas de Estudio en Pamplona*. Coord. de Martín Ibáñez Mangas. Madrid: Servicios Editoriales, 2001, p. 118; Virgílio Lopes – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva, 2014, p. 434).

30 Pere de Palol i Salellas – *Bronces Hispanovisigodos de Origen Mediterráneo. Jarritos e Patenas Litúrgicos*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950, p. 76; Andreia Arezes – *Elementos de adorno altomedievicos em Portugal (séculos V a VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2011, p. 99-101.

31 Virgílio Lopes – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva, 2014, p. 434.

32 Andreia Arezes – *Concepções mentais e práticas funerárias dos séculos V a VIII: entre a perpetuação de arquétipos e a abertura a novos influxos*. In *Genius Loci: Lugares e Significados/ Places and Meanings*, volume 1. Coord. de Lúcia Rosas; Ana Cristina Sousa; Hugo Barreira. Porto: CITCEM, 2017, p. 263-264.

33 Josep M. Gurt i Esparraguera; Isabel Sánchez Ramos – *Topografía funeraria de las ciudades hispanas en los siglos IV-VII. Madrider Mitteilungen*. 52 (2011) 470.

34 A. Azkarate Garai-Olaun – *De la tardoantigüedad al medievo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerario*. In *Espacios y usos funerarios en El Occidente Romano*. Coord. de D. Vaquerizo. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2002, p. 129-130.

duas tendências bem documentadas: a fixação de necrópoles nas proximidades de locais com anterior ocupação romana, especialmente “*villae*”³⁵ ou, em alternativa, em zonas situadas “*en plein champ*”, ou seja, longe dos espaços habitados³⁶. Estas, supostamente correlacionáveis com os grupos germânicos de origem oriental, surgem implantadas em altura e, conseqüentemente, auferindo de proeminência na paisagem ou, em alternativa, a meia encosta, mas preferencialmente junto de linhas de água ou eixos de comunicação³⁷, não raro, uma via romana.

A questão da organização interna das necrópoles parece revelar-se igualmente relevante, sobretudo quando nos deparamos com as chamadas necrópoles em degraus (vulgarmente designadas “*en rangées*”), solução que preconiza o alinhamento dos sepulcros em fileiras, e que a bibliografia da especialidade há muito veicula como sendo caracteristicamente “germânica”. Conhecidas na literatura de língua alemã como “*Reihengräberfeld*”, termo que começa a disseminar-se em pleno século XIX, pressupõem algumas noções subjacentes, como seja a de planeamento prévio e de “ordem”, extensível à distribuição dos sepulcros no espaço ou à orientação que denotam³⁸.

Constatando-se que as modalidades de fixação das necrópoles, a par da respetiva orgânica interna podem constituir indicadores a ter em consideração, muito embora, como veremos, não de forma absoluta, é importante questionar até que ponto a arquitetura funerária poderá, de igual modo, constituir potencial elemento de diferenciação. Na verdade, as áreas de enterramento datáveis do período que se estende entre o século V e o VIII denotam notável diversidade de tipologias de sepulturas, plasmada quer a nível da configuração, quer das próprias especificidades construtivas. Na verdade, enquanto algumas resultam do aproveitamento e reutilização de materiais (sobretudo nos casos em que se situam em áreas previamente ocupadas ou nas suas proximidades), outras recorrem a lajes talhadas nas matérias primas locais; outras ainda constam de simples valas ou covachos abertos no solo³⁹. Percebe-se, portanto, a marcada ausência de uma linha orientadora única, que estipule cânones rígidos a seguir na preparação dos dispositivos.

35 Michel Rouche – Haut Moyen Age occidental. In *Histoire de la vie privée*. Dir. de Philippe Ariès; Georges Duby. Vol. 1: De l’Empire romain à l’an mil. Coord. de Paul Veyne; Georges Duby; Philippe Ariès. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 486.

36 A. Azkarate Garai-Olaun – De la tardoantigüedad al medievo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerario. In *Espacios y usos funerarios en El Occidente Romano*. Coord. de D. Vaquerizo. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2002, p. 130; Philippe Ariès – *O homem perante a morte*. Vol. I. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988, p. 50.

37 Michel Rouche – Haut Moyen Age occidental. In *Histoire de la vie privée*. Dir. de Philippe Ariès; Georges Duby. Vol. 1: De l’Empire romain à l’an mil. Coord. de Paul Veyne; Georges Duby; Philippe Ariès. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 486; Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bones Lletres, 1998, p. 246-248.

38 Bailey Young – Paganisme, christianisation et rites funéraires mérovingiens. *Archéologie Médiévale*. VII. (1977) 16; Edward James – Burial and Status in the Early Medieval West. *Transactions of the Royal Historical Society*. 39 (1989) 24.

39 Andreia Arezes – O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 193-196.

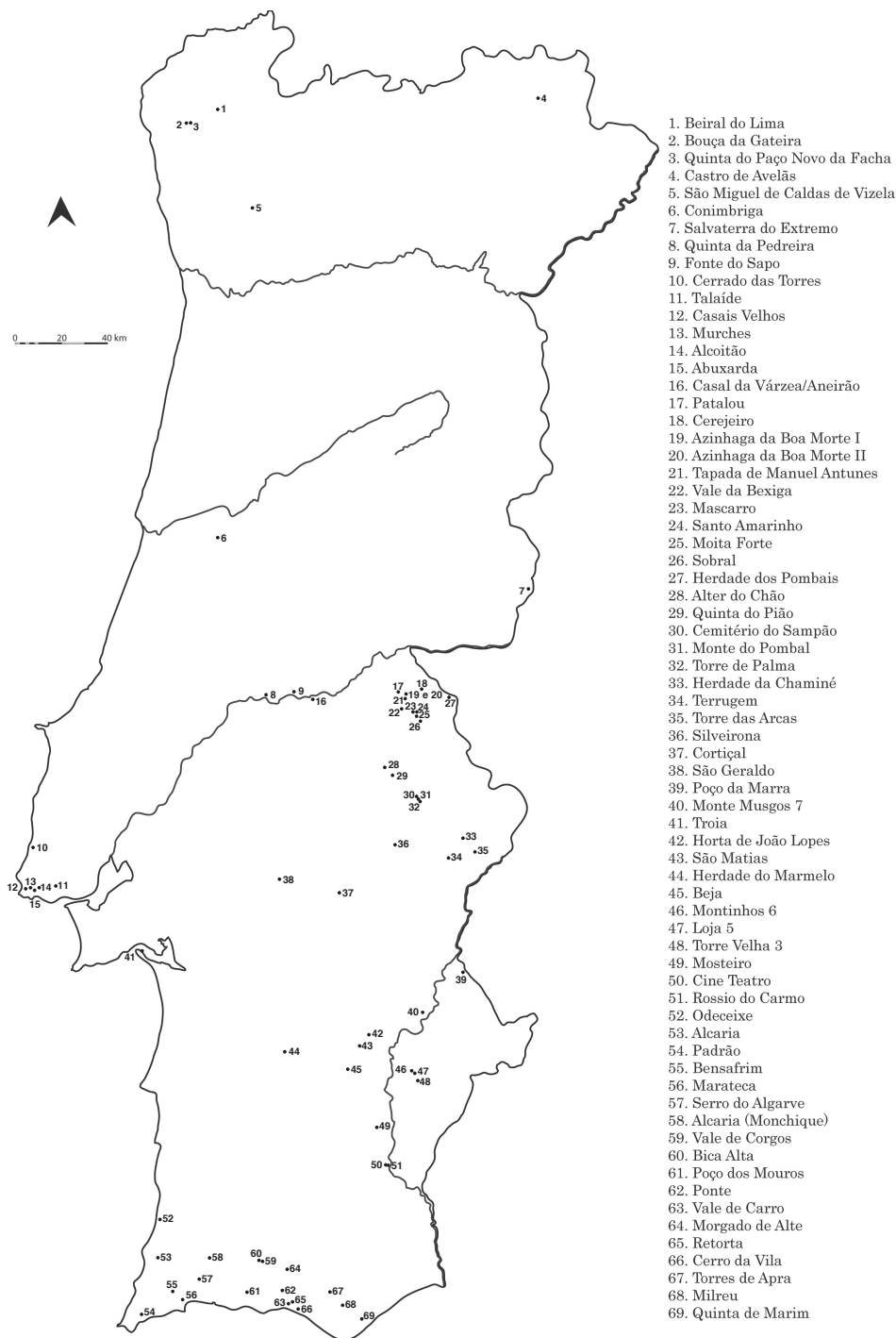


Fig. 2 – Mapa com indicação dos sítios onde foram identificados enterramentos passíveis de serem correlacionados com populações de origem forânea (Arezes, 2017).

Foi no âmbito da preparação da Dissertação de Doutoramento⁴⁰ que este e outros vetores começaram a revelar-se com toda a clareza. O inventário de áreas de enterramento então elaborado, a partir da consulta de distintas fontes de informação, com enfoque em bibliografia publicada e relatórios de escavação, saldou-se num amplo arrolamento que, contudo, não chegou a ser integralmente utilizado. As inexatidões e ambiguidades, a par da carência de dados sólidos associados a uma parte não despreciando das necrópoles identificadas acabou por suscitar a concretização de uma triagem e, conseqüentemente, o afastamento de muitos dos sítios da listagem final.

Assim sendo, sublinhamos o facto de as necrópoles indicadas na cartografia (Fig. 2) concernirem aos espaços funerários que, associados a um conjunto de informações mais consistentes, se afiguram passíveis de ser correlacionados com grupos de origem forânea que penetraram no território peninsular a partir do século V. Constan estes, fundamentalmente, de suevos, vândalos e alanos, numa primeira fase, e de visigodos, numa segunda. Na generalidade, e no seguimento do que tivemos já oportunidade de sublinhar, podemos afirmar que tais entidades são etnicamente distintas entre si, intrinsecamente mutáveis, de composição heterogénea e, naturalmente, destituídas de uma filiação comum. Naturalmente, são muitas as interrogações que se colocam a propósito de cada uma destas comunidades. Mas os vazios de informação são especialmente prementes no que se refere aos vândalos e alanos. É certo que as origens e formas de vida dos alanos, por exemplo, aparecem descritos em fontes coevas, designadamente nos escritos produzidos no século IV por Amiano Marcelino⁴¹. No entanto, a partir do momento em que penetram na Península Ibérica, as referências tornam-se mais escassas. Idácio, no entanto, dá-nos conta de eventos com eles correlacionados, como seja o da própria “partilha” do território em 411⁴². Todavia, é lícito questionar até que ponto a ocupação que prodigalizaram foi efetiva, na medida em que lhes terá cabido em sorte as vastas áreas da “Lusitania” e a “Carthaginensis”. Já os vândalos, que se assenhorearam da “Baetica”⁴³, não tardariam a envolver-se em novo processo migratório. Em resposta à solicitação

40 Apresentada em provas públicas em 2015; publicada em 2017.

41 Ammianus Marcellinus— *The Roman History of Ammianus Marcellinus during the reigns of the emperors Constantius, Julian, Jovianus, Valentinian, and Valens*. Preface and Translation by Charles Duke Yonge. London: George Bell & Sons, 1894, p. 580-581.

42 «[...] § 49. L'an 457 de l'ère, les provinces d'Espagne ruinées par l'attaque de ces fléaux [du fer, de la faim, de la peste et des bêtes féroces], les barbares, convertis à l'idée d'établir la paix par la miséricorde du Seigneur, tirent au sort les territoires des provinces pour s'y installer. Les Vandales occupent la Galice et les Suèves la région située à l'extrémité occidentale, au bord de l'Océan. Les Alains tirent au sort la Lusitanie et la Carthaginoise tandis que les Vandales, surnommés Silings, ont la Bétique. [...]» (cf. Hydatius — *Hydatii Gallaeciae Episcopi Chronicon*. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris: Éditions du Cerf, 1974, p. 117-119).

43 Hydatius — *Hydatii Gallaeciae Episcopi Chronicon*. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris: Éditions du Cerf, 1974, p. 119.

de um general romano sublevado, cruzaram o estreito de Gibraltar e afluíram ao norte de África em 429⁴⁴, onde viriam a fundar o seu reino. Neste sentido, os únicos que, entre os grupos “invasores”, acabariam por se fixar de modo mais “duradouro” na Península (pese embora todas as debilidades internas e constantes lutas em que se viram envolvidos) foram, pois, suevos e visigodos, cristãos arianos, perfilados na “*fides gótica*”. A segunda metade do século VI marcaria, porém, um momento de inflexão deste panorama, com a conversão ao catolicismo das duas comunidades, no caso dos suevos, muito devedora da ação evangelizadora de São Martinho, preconizada a partir do mosteiro que fundou em Dume, importante foco irradiador de cultura, da elevação dos costumes e do combate à heresia e ao paganismo⁴⁵.

Dizíamos que os sítios assinalados constam de uma seleção promovida no seio do conjunto notoriamente mais amplo, que comporta o total das áreas de enterramento inventariadas para o intervalo temporal e âmbito cultural que definimos como objeto de estudo. E, a este propósito, é essencial lembrar que a esmagadora maioria dos espaços funerários conhecidos para o período em análise não se encontra aqui representada, atendendo a que é de longe muitíssimo mais expressivo o número de cemitérios classificados como “hispano-romanos”. Para compreendermos esta afirmação, há que atender à questão demográfica. Na verdade, e apesar de grupos como os suevos e visigodos terem conseguido auferir de preponderância política e militar num território onde as estruturas de poder imperiais previamente estabelecidas se apresentavam crescentemente desagregadas⁴⁶, há um ponto essencial a destacar: os “invasores” perfaziam contingentes claramente minoritários em termos populacionais, face à maioria de hispano-romano⁴⁷. É certo, porém, que apesar de conhecidos indicadores relativamente ao número de efetivos potencialmente integrados em alguns dos exércitos de alanos, vândalos e suevos por volta de 406⁴⁸, não podemos esquecer que é claramente inviável avançar propostas quantitativamente assertivas a este respeito. Não obstante, e face aos desenvolvimentos dos últimos anos, percebe-se hoje que estas unidades militares eram, também elas, etnicamente heterogêneas, suscetíveis de congregarem mais do que um

44 Walter Goffart – Rome, Constantinople, and the Barbarians. *The American Historical Review*. 86 (1981) 284.

45 José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 313; Manuel Real – A dinâmica cultural em ‘Portucale’ e ‘Colimbrie’ nos séculos VIII-XI. In *Cerâmica Medieval. O norte e o centro de Portugal-séculos XI a XII*. Coord. de A. de Mann; C. Tente. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014, p. 16.

46 José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 302.

47 Gisela Ripoll López – Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I. Prehistoria e Arqueología*. 2 (1989) 395-396.

48 Peter Heather – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. London: Macmillan, 2009, p. 374-375.

grupo e, consequentemente, mais do que uma vontade⁴⁹. Não admira, pois, que a visão simplista pugnada retrospectivamente por Jordanes no século VI e idealmente sintetizada na expressão «[...] one king, one people, one move [...]», seja hoje fortemente questionada⁵⁰.

Estabelecido o carácter minoritário das entidades forâneas e a sua própria diversidade intrínseca, compreende-se o porquê de os vestígios correlacionáveis com fenómenos de movimentação e posterior fixação de um dado grupo num espaço previamente ocupado dificilmente poderem assumir-se como exponenciais. Com efeito, e exceção feita a situações incomuns, como sendo a da ocupação primordial de um território ou, em alternativa, a do afastamento, em maior ou menor medida, de habitantes pré-estabelecidos por parte de uma população recém-chegada, então não haverá grande margem para que os testemunhos associados aos migrantes sejam quantitativamente esmagadores. Pelo contrário, poderão até palear-se por alguma ambiguidade, a qual, não obstante, não justifica que se rejeite a possibilidade de ocorrência da migração⁵¹. A ambivalência, por seu turno, pode ficar a dever-se a vários motivos, entre os quais avulta o facto de os migrantes acabarem por se misturar com a população estabelecida no território, adotando elementos característicos dos grupos autóctones. Naturalmente, o fenómeno ocorre também em sentido inverso, com consequências a vários níveis. Há uma, porém, que interessa particularmente à temática deste texto: a partir do momento em que as diferenças entre migrantes e autóctones se esbatem, as possibilidades, já de si complexas, de identificar arqueologicamente traços distintivos de cada uma das comunidades, reduzem-se notoriamente.

3. Os materiais e a sua articulação com a cronologia e o contexto

Tivemos já oportunidade de esclarecer que um dos critérios que consideramos mais relevante enquanto elemento de diferenciação no mundo funerário peninsular se prende com a presença de um determinado “*corpus*” de objetos no interior dos sepulcros pertencentes a indivíduos forâneos, em grande medida, cristãos arianos. Esta afirmação requer, no entanto, algumas ressalvas. Por um lado,

49 «[...] Although large, it is evident that the nature of the forces on the move was not so simple as the traditional characterization of them as ‘peoples’ would suggest. The Vandal Alans and Sueves were a brand-new alliance, not a people, and the same is true of the Sueves as a group, while the Vandals originally came in two distinct sub-units: Silings and Hasdings. And Silings, Hasdings, Alans and Sueves each originally came with their own separate kings. [...]» (cf. Peter Heather – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. London: Macmillan, 2009, p. 176).

50 Peter Heather – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. London: Macmillan, 2009, p. 123-124; 151.

51 Peter Heather – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. London: Macmillan, 2009, p. 119-120.

é importante sublinhar o facto de tal variável não poder ser aplicada de modo linear. Por outro, o de nem todos os artefactos auferirem de um mesmo peso ou potencial.

3.1. Os adereços de vestuário

Pelas razões já enunciadas, entendemos que os materiais relacionados com a indumentária constituem os mais expressivos indicadores de identidade e etnicidade do grupo e dos indivíduos que nele se encontram agrupados. Naturalmente, porém, nem todos os adereços de vestuário são igualmente eloquentes. Na verdade, o avanço da cronologia, em correlação com outros fatores, designadamente políticos, sociais e religiosos, são passíveis de condicionar não só a configuração, decoração e modos de produção dos objetos, como a própria natureza da sua utilização: mais vincadamente diferenciadora face a outras comunidades, em momentos de maior tensão; menos tendente a marcar divergências, em contextos de maior integração⁵². É neste sentido que, segundo Ian Hodder, haverá propensão para que, numa fase pautada por forte instabilidade e insegurança, o nível de homogeneidade dos materiais associados a um dado grupo seja mais vincada, ao mesmo tempo que tende a dissociar-se declaradamente dos elementos que enformam traços distintivos de outras comunidades⁵³.

Em território peninsular, os elementos de indumentária mais singulares e diferenciadores correspondem, precisamente, aos que integram os conjuntos de cronologia mais recuada, ou seja, datáveis do século V, centúria de “embate” entre grupos e respetivos substratos culturais. Entre os adereços a sinalizar em Portugal contam-se as placas recolhidas na sepultura de Beja⁵⁴ (Fig. 3), produzidas em ouro e com engastes de granadas coloridas⁵⁵, cujos paralelos entroncam direta e inequivocamente em artefactos exumados na região do Danúbio Médio, correlacionáveis

52 Siân Jones – *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997, p. 110.

53 Ian Hodder – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 26.

54 A par das fivelas, a sepultura de Beja (feita em “*tegulae*” ou tijolo e de secção triangular) integrava um adorno ou cabuchão e uma espada com lâmina de ferro e incrustações de âmbar nas cavidades decorativas da guarda, cuidadosamente delimitadas por fios de ouro (Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 328-329). Apesar da presença de peças de vocação ofensiva não ser quantitativamente muito expressiva em enterramentos classificados como “bárbaros”, há quem avance a hipótese de algumas delas, em concreto, as que remontam ao século V e possuem decoração policroma, terem sido especificamente produzidas para responder a um propósito ritual e não militar. Seria este o caso do exemplar recuperado na sepultura de Beja (M. Kazanski – *Barbarian military equipment and its evolution in the Late Roman and Great Migration Periods (3rd-5th a. A.D.)*. *War and Warfare in Late Antiquity*. Coord. de Alexander Sarantis; N Christie. Leiden-Boston: Brill, 2013, p. 502-504).

55 Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 330-331.



Fig. 3

Imagem referente a uma das placas da sepultura de Beja. Apresenta decoração policroma e fuzilhão zoomórfico. Créditos fotográficos e depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (n.º de inv. Au 124).



Fig. 4

Fíbula de tipo Duratón, do grupo das *Armbrustfibeln*, recolhida em Conimbriga. Depósito: Museu Monográfico de Conimbriga, Condeixa-a-Velha (n.º de inv. A. 574).

com o chamado “horizonte” *“Untersiebenbrunn Gospital’ Naja”*, cuja cronologia se estende entre o último quartel do século IV e a primeira metade do V⁵⁶.

Também entre os elementos de vestuário atribuídos ao século V destaca-se o conjunto de “fibulas de besta” exumadas em *Conimbriga*, a maior parte das quais providas de arco e mola, incluídos no grupo das *“Armbrustfibeln”* (Fig. 4). Sensivelmente coevo será o exemplar da Falperra (Braga), classificada como de tipo *“Desana”* e, por seu turno, associada ao grupo das *“Bügelknopffibeln”*. A distribuição europeia deste vasto acervo de objetos, subdivididos em múltiplas variantes e interpretados como quado-suevos, mostra-nos que os tipos mais antigos, datáveis dos séculos III e IV, se concentram sobretudo a norte do Reno e do Danúbio, muito embora, pontualmente, seja possível documentar alguns achados em regiões a sul dos dois rios. Por seu turno, as fíbulae mais tardias e que chegam a ultrapassar o terceiro quartel

56 Michel Kazanski – A propos des armes et des éléments de harnachement “orientaux” en Occident à l’époque des Grandes Migrations (I^{ve}-V^e s.). *Journal of Roman Archaeology*. 4 (1991) 126; Fernando Pérez Rodríguez-Aragón – Elementos de tipo bárbaro oriental y danubiano de época bajo-imperial en Hispânia. *Congreso Internacional La Hispania de Teodósio*. 2 (1997) p. 634.

Fig. 5

Fivela de aro ovalado e fuzilhão escutiforme recuperada na necrópole da Abuxarda (Cascais). Depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (n.º de inv. 20.805/2003.9.2).

**Fig. 6**

Placa de cinturão de tipo rígido. Recolhida na necrópole da Abuxarda (Cascais). Depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (n.º de inv. 20.804 / 2003.9.1).



do século V, ocorrem tendencialmente nos territórios europeus mais romanizados⁵⁷, inclusivamente, no peninsular. É neste âmbito, pois, que se inscrevem os materiais de “*Conimbriga*” e da Falperra a que previamente aludimos.

Algo mais tardias são as fivelas de contorno ovalado e, em especial, as que se apresentam providas de fuzilhão escutiforme (Fig. 5). Produzidas em liga de cobre e fundidas em molde, foram amplamente utilizadas pelos merovíngios, assumindo-se como presença constante nos seus sepulcros, onde por vezes surgiam em associação com apliques de cinturão, também eles de contorno escutiforme. Ao longo de um período que se iniciou nos finais do século V e prolongou até aos inícios do VII, com forte incidência no VI, foram muitas as necrópoles peninsulares a incorporar este tipo de adereço do vestuário⁵⁸.

57 Jaime Nuño González – A propósito de dos fíbulas visigodas procedentes de Los Santos de La Humosa (Madrid). *Armbrustfibeln y Bügelknopffibeln en la Península Ibérica. Actas. Curso de Cultura Medieval de Aguilar de Campoo. I* (1989) p. 184-185.

58 Gisela Ripoll López – La necrópolis visigoda de El Carpio de Tajo (Toledo). In *Excavaciones Arqueológicas en España*, vol. 142. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1985, p.39.

Todavia, e em conformidade com o previamente afirmado, a morfologia, ornatos e técnicas de produção dos artefactos não cristalizaram no tempo, pelo contrário: com o avanço da cronologia e em resultado das transformações do contexto, também eles se tornaram passíveis de denunciar mudanças. No universo das placas de cinturão, por exemplo, os finais do século VI e primeiras décadas do VII, coincidentes com os tempos finais do reinado de Leovigildo e arranque do de Recaredo, são marcados pelo aparecimento das peças rígidas⁵⁹. Elaboradas em liga de cobre, e fundidas numa só peça com a fivela (Fig. 6), denunciam mudanças de fundo ao nível da estética e dos moldes de fabrico deste tipo de materiais, provavelmente elaborados em novos centros de produção. Na verdade, e se por um lado o cunho oriental e continental começa a dar sinais de enfraquecimento, por outro, há novas influências em processo de captação. O tempo é de afirmação e consolidação do poder de Toledo. Anexado o *regnum* da *Gallaecia*, e “pacificada” parte substancial do território peninsular, é notória a orientação para o Mediterrâneo e para as trocas comerciais que cruzam aquele mar, então em fase de expansão⁶⁰. Há, contudo, também uma dimensão simbólica a evocar a propósito da atenção concedida a este eixo. Leovigildo, monarca forte e centralizador, não pode ser simplesmente entendido como um rei “bárbaro”. Com efeito, e sem desvirtuar completamente o seu poder do pendor “germânico”, parece inspirar-se e moldar a expressão da sua autoridade à imagem dos modelos imperiais romanos, perpetuados por Bizâncio⁶¹.

Mas a plena manifestação das ligações com o Mediterrâneo e com o mundo bizantino só será plenamente materializado num outro tipo de placa, de morfologia liriiforme, em uso ao longo de todo o século VII e inclusivamente nos primeiros decénios do VIII, ou seja, para além da penetração árabe e subsequente colapso da monarquia visigótica⁶². Reproduzindo com cunho próprio os modelos orientais que afluíam aos portos disseminados pela bacia daquele mar, as oficinas peninsulares (entre as quais de destaca a de *Hispalis*) distribuíram os seus exemplares por vastos territórios, atingindo inclusivamente regiões onde a ocupação visigótica menos se enraizara, no que constitui um sintoma do reforço das teias

59 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bonnes Lletres, 1998, p. 56-58.

60 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bonnes Lletres, 1998, p. 58-59.

61 Veja-se, a este respeito, a forma como Jean-Pierre Leguay define a “*persona*” de Leovigildo: «[...] o *Rex Hispaniae totiae*, o *Rex omnis Hispaniae* dos textos oficiais, tanto dos *Gothi* como dos *Hispani*, era mais do que um simples chefe de guerra, um *Heerkönig* rodeado dos seus companheiros de armas, ou o sucessor dos grandes monarcas bálticos do séc. V [...]: era também o herdeiro dos Césares, alter-ego dos basileis orientais, cujas insígnias de soberania imitava até aos mais pequenos pormenores [...]» (Jean-Pierre Leguay – *O Portugal Germânico*. In *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Vol II: *Das Invasões Germânicas à “Reconquista”*. Coord. de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 68).

62 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bonnes Lletres, 1998, p. 61.

**Fig. 7**

Fragmento distal de placa de cinturão liriforme recuperada nas “Escavações Antigas” de Conimbriga. Depósito: Museu Monográfico de Conimbriga, Condeixa-a-Velha (n.º de inv. A. 19).

comerciais⁶³. As placas liriformes (Fig. 7) são, contudo, e no que se refere ao universo das chamadas “artes menores”, indicadores de uma nova e muito particular realidade: a diluição dos traços reconhecíveis da suposta identidade “visigótica”. As transformações ocorridas em território peninsular no século VI tiveram consequências ao nível da renovação das relações sociais, culturais e de poder estabelecidas entre os descendentes dos “bárbaros” invasores e dos hispano-romanos. E, a este propósito, é inevitável mencionar a importância basilar de que se revestiu a abjuração do arianismo e conversão oficial de Recaredo ao catolicismo. Momento firmado publicamente no III Concílio de Toledo, de 589, estabelece não apenas a reorientação do monarca, mas também, simbolicamente, a do seu “povo”⁶⁴. A fé ariana, intrinsecamente associada aos “godos” desde o século IV, é então apresentada como “ameaçadora”, na medida em que, na “Hispania” do século VI, parece assumir-se como um fator de afastamento e desunião⁶⁵. Não é certo, neste sentido, que a atuação de Recaredo se inscreva no âmbito puramente religioso, na medida em que as implicações esperadas, a nível político, social e cultural, extravasam notoriamente a primeira das esferas mencionadas.

63 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bones Lletres, 1998, p. 60-62.

64 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bones Lletres, 1998, p. 53.

65 «[...] Habiendo el mismo rey gloriosísimo, en virtud de la sinceridad de su fe, mandado reunir el concilio de todos los obispos de sus dominios, para que se alegraran en el Señor de su conversión y por la de la raza de los godos, y dieran también gracias a la bondad divina por un don tan especial, el mismo santísimo príncipe habló al venerable concilio en estos términos: No creo, reverendísimos obispos, que desconozcáis que os he llamado a la presencia de nuestra serenidad con objeto de restablecer la disciplina eclesiástica. Y como quiera que hace muchos años que la amenazadora herejía no permitía celebrar concilios en la Iglesia católica, Dios, a quien plugo extirpar la citada herejía por nuestro medio, nos amonestó a restaurar las instituciones eclesiásticas conforme a las antiguas costumbres. [...]» (cf. José Vives – *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez, 1963, p. 107).



Fig. 8

Brinco anelar recolhido na necrópole da Abuxarda (Cascais). Depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (n.º de inv. 20.819 / 2003.9.13).

3.2. Os adornos do corpo

Se apreciarmos agora outra classe de adornos, desta feita, os do corpo, parece-nos pertinente recuperar o entendimento proposto por Marcel Mauss relativamente à importância daquele que se assume como o primeiro instrumento do Homem: o corpo propriamente dito, veículo por excelência da expressão de técnicas, comportamentos, hábitos⁶⁶. O ato de o ornamentar, tornando-o singular ou dotando-o de elementos que permitam reconhecê-lo como idêntico ao de outros membros do grupo...em última análise, de o usar como meio de transmissão de uma determinada mensagem, não é, portanto, neutro nem isento de simbolismo.

O mundo funerário para o intervalo em análise oferece um leque tipológico de objetos não especialmente variado, mas que se impõe estudar. A esmagadora maioria dos artefactos arrolados concerne a brincos anelares (Fig. 8), a anéis ou braceletes, fundamentalmente produzidos em liga de cobre⁶⁷. Há, no entanto, uma exceção notável a assinalar neste panorama, exceção essa que nos remete para a necrópole de Beiral do Lima (Ponte de Lima), localizada no noroeste do atual território português, a cerca de 40 quilómetros de *Bracara Augusta*, onde se fixou a capital do reino suevo da *Gallaecia*. O sítio, revelado fortuitamente por alturas da realização de trabalhos agrícolas, foi espoliado pelo caseiro da propriedade, numa ação que destruiu irremediavelmente os contextos arqueológicos, e comprometeu a qualidade e extensão das informações coligidas. Segundo apurou Abel Viana em visita ulterior ao local, os materiais entretanto recuperados pelo proprietário do terreno nos solos revolvidos (três recipientes vítreos, contas de colar, um anel e um “diadema”), estariam depositados na mesma sepultura: um simples “covacho”⁶⁸, ou seja, uma sepultura destituída de

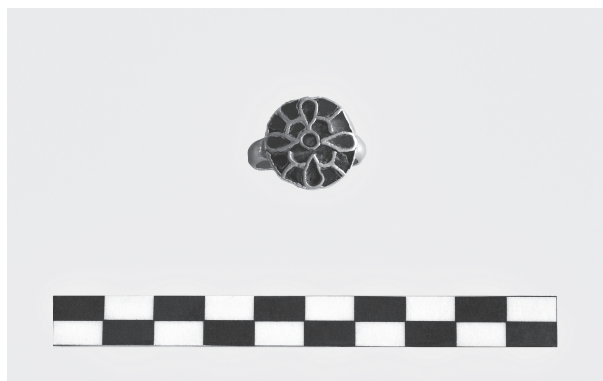
66 Marcel Mauss – *Les techniques du corps*. Chicoutimi: Université du Québec, 2002 [1934], p. 6-10.

67 Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 391-400.

68 Abel Viana – *Necrópole romano-suévia (?) de Beiral: Ponte de Lima – Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1961, p. 3-4. 9.

Fig. 9

Anel com mesa de configuração circular e decoração policroma. Recuperado na necrópole de Beiral do Lima. Depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

**Fig. 10**

Reconstituição de “diadema” áureo a partir da organização dos quarenta e quatro elementos áureos recolhidos nos solos revolvidos de Beiral do Lima. Depósito: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.



qualquer investimento construtivo reconhecível. Em contrapartida, o anel, com base áurea, exibe (à semelhança das fivelas e espada de Beja) decoração policroma (Fig. 9), também chamada de *cloisonné*, uma modalidade decorativa de ascendência oriental, que apesar de rastreável desde os séculos II e III, se disseminou fundamentalmente nos finais do IV e inícios do V, acompanhando os fluxos migratórios e a interpenetração cultural deles decorrentes⁶⁹. Também o “diadema” (Fig. 10), constituído por quarenta e quatro elementos áureos dispersos pelo terreno e posteriormente agrupados (motivo pelo qual, em rigor, se desconhece se a configuração conhecida corresponde à original) parece entroncar em modelos próprios da geografia continental. Atendendo à reconstituição actual, consideramos perfeitamente válidos os paralelos que lhe têm sido apontados, todos correlacionados com contextos ocupados por grupos “germânicos” de origem oriental. Um desses paralelos centra-se no colar exumado no sepulcro feminino de Hochfelden, identificado na região do Baixo Reno, na Alsácia; outro, no colar recolhido na célebre sepultura principesca de Unteresiebenbrunn

69 Iaroslav Lebedynsky – *Armes et guerriers barbares au temps des grandes invasions. (IV au VI siècle après J.-C.)*. Paris: Editions Errance, 2001, p. 82-83.

(estação epónima previamente mencionada), na localizada na Áustria. Finalmente, outra das possibilidades a evocar centra-se na peça áurea de Kertsch, Crimeia⁷⁰. Ora, em função da natureza dos artefactos recolhidos na singela sepultura de Beiral e dos paralelos entretanto identificados, ganha força a possibilidade de a mesma ter albergado um enterramento feminino. Aliás, foi já avançada a hipótese de o corpo ali inumado, à maneira “princesca” danubiana, ser o da mulher de um chefe militar “bárbaro”, eventualmente ao serviço do Império⁷¹. Naturalmente, e pela especificidade do seu conteúdo, trata-se de uma tese difícil de comprovar. Igualmente complexa, pelos motivos já explicitados, seria a tentativa de vincular o enterramento a uma unidade étnica concreta. O que, em contrapartida, se afigura plenamente válido, é a asserção de que os adornos do corpo, à semelhança do que supostamente se verifica com alguns adereços de vestuário, especialmente, se combinados de modo particular, possam assumir-se como diferenciadores de género⁷². Enquanto os brincos anelares são tradicionalmente vinculados a enterramentos femininos, os anéis podem acompanhar no sepulcro defuntos de ambos os géneros, à semelhança do que sucede com as placas de cinturão e com as fíbulas. Já os braceletes encontram-se tendencialmente associados a conjuntos menos opulentos, atribuídos a sepultamentos masculinos. Há, porém, outras possibilidades de interpretação a equacionar no sentido de explicar a integração (e associação) de determinados materiais em contexto sepulcral, parte das quais se relacionam diretamente com o posicionamento social e económico do defunto⁷³. Além do mais, as combinações documentadas mostram-nos a ausência de uma “regra”. Pelo contrário, é evidente a coexistência temporal de múltiplas variantes, pelo que são notórias as dificuldades em promover generalizações válidas. O próprio espaço geográfico em análise, em articulação com os particularismos de cada grupo, poderá condicionar a natureza das soluções encontradas e a “visibilidade” que lhes é conferida. Assim sendo, compreende-se que só mediante a aposta no cruzamento dos dados arqueológicos com os antropológicos será possível atingir um patamar de maior segurança no que a estes domínios se refere⁷⁴.

70 Jorge López Quiroga – Elementos “foráneos” en las necrópolis tardorromanas de Beiral (Ponte de Lima, Portugal) y Vigo (Pontevedra, España): de nuevo la cuestión del siglo V d.C. en la Península Ibérica. CuPAUAM. 27 (2001) p. 117-118.

71 Jorge López Quiroga – Elementos “foráneos” en las necrópolis tardorromanas de Beiral (Ponte de Lima, Portugal) y Vigo (Pontevedra, España): de nuevo la cuestión del siglo V d.C. en la Península Ibérica. CuPAUAM. 27 (2001) p. 117-118. 122.

72 Guy Halsall – *Settlement and social organization. The Merovingian region of Metz*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 246; Ricardo González Villaescusa – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d.C.* Madrid – Alicante: Casa de Velázquez, Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert», 2001, p. 65; Ángel Morillo Cerdán – Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia). *Actas. Curso de Cultura Medieval de Aguilar de Campoo*. I (1989) p. 242.

73 Ángel Morillo Cerdán – Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia). *Actas. Curso de Cultura Medieval de Aguilar de Campoo*. I (1989) p. 242.

74 Andreia Azeis – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 162-163.

3.3. O material votivo

Neste texto, e atendendo ao objetivo subjacente à sua preparação, dedicámos especial atenção aos adereços de vestuário e, em particular, aos materiais produzidos em base metálica. Todavia, não poderíamos deixar de fazer referência a uma outra classe de objetos, cuja vocação se afasta do atavio e embelezamento: os elementos votivos. Neste campo incluímos, essencialmente, recipientes cerâmicos e vítreos (estes últimos claramente menos prevalentes, realidade que pode ficar a dever-se às dificuldades acrescidas que se colocam à sua preservação ou, em alternativa, a uma propensão efetivamente mais reduzida para proceder à sua deposição em enterramentos)⁷⁵.

As dificuldades em perceber as motivações que poderão justificar a integração de material votivo em contexto sepulcral surgem ilustradas na diversidade das hipóteses explicativas oferecidas pela bibliografia. Veja-se como no caso da deposição das cerâmicas, fundamentalmente concernentes a formas de contenção de líquidos, e em especial, a jarros e bilhas, frequentemente colocadas no espaço que medeia entre a cabeça e o ombro do inumado⁷⁶, são vários os autores a correlacionar a prática com a persistência de rituais pagãos. Vizcaíno Sánchez, por exemplo, sugere uma eventual articulação com o costume romano de ungir o corpo defunto com perfumes, unguentos ou bálsamos⁷⁷. Mas a inclusão de vasos pode ser entendida numa outra perspetiva, assumindo-se como evocativa da implementação de ritos de purificação cristãos. De acordo com esta visão, a presença de formas de contenção de líquidos poderia auferir de significado apotropaico ou mesmo litúrgico⁷⁸. E, a este propósito, afigura-se pertinente lembrar que, por vezes, estes recipientes são identificados em áreas de enterramento que se presume estarem associadas a locais de culto, conforme documentado, entre vários outros casos, na necrópole de Silveirona, em Estremoz⁷⁹. Bastante sugestiva é, aliás, a referência do *Liber Ordinum* ao sepultamento de membros da hierarquia católica, mais concretamente, de bispos, acompanhados dos evangelhos e segurando entre as mãos uma *ampulla*⁸⁰, termo

75 Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 401-405.

76 Mário Jorge Barroca – *Necrópoles e Sepulturas Medievais do Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 81. 94, nota 57.

77 Jaime Vizcaíno Sánchez – La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica. In *Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía*, vol. 24. Murcia: Universidad de Murcia, 2007 [Ed. 2009], p. 586.

78 Josep M. Gurt i Esparraguera; Isabel Sánchez Ramos – Topografía funeraria de las ciudades hispanas en los siglos IV-VII. *Madridrer Mitteilungen*. 52 (2011) p. 474.

79 Mélanie Cunha – As necrópoles de Silveirona (Santo Estevão, Estremoz). Do mundo funerário à Antiguidade Tardia. In *O Arqueólogo Português*, suplemento 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2008, p. 81-82; Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 297-309.

80 Marius Férotin – *Le Liber Ordinum en usage dans l'église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle*. Réimpression de l'édition de 1904, et supplément de bibliographie générale de la liturgie hispanique, préparés et présentés par Anthony Ward et Cuthbert Johnson. Roma: Edizioni Liturgiche, 1996, p. LXIV.



Fig. 11

Bilha procedente da necrópole da Abuxarda (Cascais). Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (n.º de inv. 2003.9.22).

usado desde os tempos imperiais para aludir a recipientes cerâmicos globulares e, preferencialmente, de duas asas. E, conforme sublinhado por John W. Hayes, em período tardio eram por vezes chamados de “vasos dos peregrinos”, numa alusão ao facto de conterem líquidos sagrados⁸¹.

Todavia, importa lembrar que, em necrópoles como Alcoitão e Abuxarda, ambas atribuíveis dos séculos VI e VII e localizadas no concelho de Cascais, onde por sinal se encontra assinalada uma das mais expressivas “concentrações” de áreas de enterramento visigóticas conhecidas em território português, foi atestada uma interessante articulação entre variáveis. Com efeito, se por um lado ambas as necrópoles possuem traços que as distinguem das hispano-romanas, sobretudo ao nível da organização do espaço⁸² e da componente artefactual metálica (destaquem-se as fivelas, placa de cinturão, braceletes e anéis providos de sequências de SSS ou suásticas⁸³) por outro começam a incorporar elementos que, tradicionalmente, não seriam absorvidos. As transformações surgem plasmadas em vários domínios: por exemplo, na própria deposição, ainda que pontual, de formas cerâmicas nos sepulcros (Fig. 11), ou na adoção de renovadas soluções iconográficas. O anel de bronze da Abuxarda, em cuja mesa avultam três peixes incisos, não deixa de se revelar sintomático, na medida em que tal elemento, com fortes conotações cristãs, não parece

81 John Hayes – *Handbook of Mediterranean Roman Pottery*. London: British Museum Press, 1997, p. 89.

82 Note-se que em ambos os espaços funerários os sepulcros surgem dispostos em fileiras, corporizando um exemplo da já mencionada organização em *degraus* ou *en rangées*, conforme designação recorrente na bibliografia (cf. Francisco de Paula Oliveira – *Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascais. Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*. II (1888-1892) p. 87-88; Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017, p. 189-190).

83 Para análise dos registos fotográficos e descrições integrais dos materiais recuperados nas duas necrópoles, atualmente conservados no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa) e Museu dos Condes de Castro (Guimarães), consultar o II volume da Dissertação de Doutoramento de Andreia Arezes – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”, n.º 9. Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017.

encontrar-se documentado em necrópoles congêneres para período anterior ao século VI.

Feito o ponto da situação relativamente a algumas das hipóteses interpretativas em discussão relativamente às motivações que poderão justificar a deposição de material votivo em contexto funerário, constatamos que a impossibilidade de avançar entendimentos mais assertivos a respeito da temática decorre da própria debilidade de muitos dos dados atualmente disponíveis. Contudo, esta constatação não nos impede de considerar como plenamente firmado o profundo simbolismo da prática. Bem ilustrativo desse simbolismo é próprio facto de se encontrar documentada a existência de sepulturas que receberam mais do que um enterramento, ou seja, que foram sujeitas a reutilizações, sem que tal determinasse qualquer tipo de afetação sobre o recipiente cerâmico colocado no seu interior⁸⁴. Em contrapartida, nem sempre os restos osteológicos correlativos a anteriores inumações parecem ter merecido especial cuidado. Muito embora, nalguns casos, o crânio ou alguns ossos longos tenham permanecido no sepulcro, ainda que reorganizados numa nova “ordem”, conforme atestado na necrópole de Alter do Chão⁸⁵, noutras situações as ossadas foram perfiladas nas laterais exteriores da câmara⁸⁶. Neste sentido, tudo leva a crer que, também no que se refere às noções relativas ao tratamento a conferir às ossadas humanas, as populações não parecem possuir um modelo único a respeitar.

4. Os vestígios arqueológicos e a articulação com a conjuntura

Na sequência dos dados apresentados, torna-se evidente que o mundo funerário, apesar das potencialidades que encerra, não autoriza leituras simplistas. Na verdade, a diversidade dos fatores que se impõe ter em consideração, a par das variáveis a equacionar, dificilmente legitimariam a formulação de um esquema de interpretação linear sobre o qual alicerçar uma resposta inequívoca à interrogação que orientou a preparação deste texto.

Na nossa perspetiva, a interpretação das materialidades arqueológicas para o âmbito em análise não dispensa a valorização dos elementos identificadores da etnicidade e do modo como estes se articulam com o contexto histórico em que se enquadram. E, note-se, a questão cronológica é, neste ponto, absolutamente fulcral,

84 Jaime Vizcaino Sánchez – La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica. In *Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía*, vol. 24. Murcia: Universidad de Murcia, 2007 [Ed. 2009], p. 594.

85 J. António; M. P. Reis – Legados da Antigüidade Tardia na Vila de Alter do Chão: abordagem Antropológica (primeiros resultados)”. *Promontaria Monografica*. 11 (2008) 338.

86 Guilherme Cardoso; João Luís Cardoso – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Estudo preliminar. *IV Reunió d’ Arqueologia Cristiana Hispánica* (1995) 320 (n.º de página da citação errado, atendendo às páginas do artigo).

na medida em que há transformações políticas, religiosas, demográficas, sociais e até militares a marcar indelevelmente a evolução do território peninsular.

Se, como vimos, a identidade e a noção de “pertença” são suscetíveis de condicionar os modos de relacionamento entre grupos e, em momentos de reforço da tensão, justificar a acentuação dos elementos de diferenciação que os separam⁸⁷, há que notar a possibilidade de haver outro tipo de mecanismos tendentes a promover a manutenção da conjuntura de afastamento. A este propósito, é importante sublinhar a existência de uma disposição civil que impedia a celebração de casamentos mistos na Península Ibérica, leia-se, entre visigodos e hispano-romanos. A derrogação da norma, que integra a célebre compilação *Lex Visigothorum*, é atribuída a Leovigildo, figura tutelar de um reinado forte e reorganizado, que viria a ser louvado por contemporâneos como Gregório de Tours ou João de Biclara⁸⁸. Ressalvemos, no entanto, que as uniões entre visigodos e hispano-romanos seriam provavelmente uma realidade consumada, ainda que não oficial, já antes da anulação da proibição. Assim o sugerem, sobretudo em meios rurais, as combinações atestadas entre materiais tradicionalmente vinculados a cada um dos grupos⁸⁹.

Não obstante, é possível que a questão religiosa continuasse a assumir-se como um factor de divisão entre hispano-romanos e descendentes dos visigodos. Ciente do peso que tal cisão representava e talvez também em resposta à actuação do seu filho Hermenegildo que, estabelecido em *Hispalis*, não só se convertera ao catolicismo como procurava caminhos para se autonomizar politicamente, Leovigildo protagonizou uma resposta à situação. Enquanto cristão ariano, promoveu a celebração, em 580, de uma reunião de bispos arianos em *Toletum*, evento que, segundo José Mattoso, se afigura sintomático de um esforço de esbatimento das divergências entre ortodoxia e heresia e da promoção da aproximação doutrinal possível⁹⁰. Todavia, este ensejo não foi bem sucedido, pelo contrário: parece ter promovido o exacerbamento da tensão entre arianos e católicos. Sintomático do clima que então se instalou foi o desencadear da oposição do escalabitano João de Biclara, e as acérrimas disputas do monarca com Massona, metropolita de Mérida⁹¹. E ainda

87 Ian Hodder – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 26; Siân Jones – *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997, p. 110.

88 Jean-Pierre Leguay – O Portugal Germânico. In *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Vol. II: Das Invasões Germânicas à “Reconquista”. Coord. de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 68; M. R. Valverde – El reino visigodo de Toledo y los matrimonios mixtos entre godos y romanos. *Gerión*. 20: 1 (2002) 514.

89 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bones Lletres, 1998, p. 31-32.

90 José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 314.

91 Note-se que uma das pretensões arianas passava por assumir o controle de alguns locais de culto especialmente simbólicos e prestigiados, caso da Basílica de Santa Eulália de Mérida (cf. José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 314). É neste contexto que Sunna, animoso prelado ariano, procura assenhorear-se da Basílica, num ato pouco consensual,

que as “afrontas” ao monarca tenham condenado ambos ao desterro⁹², a prazo tornar-se-ia evidente que a estratégia de “unificação religiosa” traçada por Leovigildo não viria a ser seguida. Em paralelo, se à conversão do seu filho Hermenegildo, a quem confiara o governo da *Baetica*, não terá sido alheia a influência decorrente do casamento com Ingunda, princesa católica, a par da própria ascendência sobre ele exercida pelo bispo Leandro, não parece haver dúvidas de que as alianças que teceu com suevos ou mesmo com outras entidades políticas extra-peninsulares, tinham como propósito encontrar bases de apoio para se subtrair ao poder centralizado em Toledo. Leovigildo, porém, reagiu em força: da tomada de *Emerita* e do cerco a *Hispalis* acabariam por sobreviver a morte de Miro, rei dos suevos, e a fuga de Hermenegildo (mais tarde assassinado), acontecimento que neutralizaram a contestação. Aproximava-se, pois, o momento em que se concretizaria a anexação do *regnum* suevo da *Gallaecia*⁹³.

Esta tomaria lugar em 585, pondo fim ao percurso muito particular de “coexistência” entre os dois reinos “bárbaros” peninsulares, percurso esse do qual não estiveram ausentes episódios de conflito bélico. Todavia, e na sequência da anexação, as referências aos suevos esbatem-se progressivamente, daí que se presuma que o processo de interpenetração cultural e “assimilação”⁹⁴ tenha decorrido eficazmente e sem resistências de maior⁹⁵. No entanto, e apesar de um certo sentido de “convergência” que, genericamente, poderá ser reconhecido a algumas das políticas desenvolvidas por Leovigildo, dificilmente se poderá equacionar um quadro geral de coesão.

A historiografia tem atribuído grande importância ao momento em que Recaredo, segundo filho de Leovigildo, em honra de quem mandou erguer *ex-nihilo* a cidade de Recópolis⁹⁶, promove uma inflexão relativamente à política religiosa

que suscita forte reação de Massona (cf. Ana Maria C. M. Jorge – O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 28).

92 Ana Maria C. M. Jorge – O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 28.

93 José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 314-315.

94 Neste cenário pautada por fraca oposição, podemos inserir a apostasia do catolicismo por parte de alguns bispos, nomeadamente, os de Lugo, Tui, Porto e Viseu (cf. José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 315; Ana Maria C. M. Jorge – O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 27).

95 José Mattoso – A Época Sueva e Visigótica. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 3: Antes de Portugal. Coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 315.

96 Lauro Olmo Enciso – Fuentes escritas y primeras investigaciones sobre Recópolis. In *Zona Arqueológica*. Vol. 9: *Recópolis y la ciudad en la época visigoda*. Coord. de L. Olmo Enciso. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, 2008, p. 22.

até então seguida. O arianismo é formalmente abandonado em 589⁹⁷, iniciando-se então uma fase de suposta “unificação religiosa”. No entanto, e se por um lado a noção de unidade total é claramente questionável⁹⁸, por outro, não é lícito esperar que o registo arqueológico possa ilustrar de forma directa as implicações decorrentes de tal acontecimento, muito menos à luz de uma dicotomia entre contextos pré e pós ano 589. A articulação entre eventos oficiais e a(s) realidade(s) e ritmos do quotidiano não é, obviamente, linear, nem muito menos, necessariamente unívoca.

No entanto, também é certo que, conforme previamente explicitado, os últimos decénios do século VI configuraram um tempo de abertura ao Mediterrâneo. Os “horizontes” e conjuntos artefactuais vincadamente continentais foram paulatinamente perdendo espaço e sentido, na medida em que a sua manutenção deixou de ser relevante, no quadro de evolução da conjuntura. E se tal é válido para os finais do século VI, no VII torna-se ainda mais premente. Os adereços de vestuário, elementos diferenciadores por excelência, parecem ter perdido o seu carácter identificador. Com efeito, e entre os adornos disseminados, passa a ser notório um novo cunho, mediterrânico e bizantino, plasmado nas próprias placas de cinturão liriiformes, a partir de então indiferenciadamente utilizadas por hispano-romanos e visigodos⁹⁹. Neste sentido, se as possibilidades de rastreamento das duas comunidades já ofereciam problemas não negligenciáveis em períodos precedentes, com o avançar da cronologia mostram-se manifestamente menos seguras. Michel Kazanski não tem dúvidas de que, ao perder-se a justificação para a continuidade do uso da indumentária “conservadora” gótica, de matriz danubiana e cujas raízes entroncam na Europa Central, as necrópoles peninsulares se transformaram indelevelmente, até ao ponto em que o elemento “bárbaro” ou “germânico” deixou de poder ser identificado¹⁰⁰.

5. Considerações finais

Em suma, o mundo funerário traz-nos indicações interessantes e preciosas, mas inquestionavelmente complexas. E uma das poucas certezas que as incursões neste universo nos permite aferir é a inviabilidade de o perspetivar num quadro de

97 José Vives – *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez, 1963, p. 107.

98 Note-se, por exemplo, que já na sequência da abjuração oficial, o arianismo continuava vivo e persistente, designadamente na “Lusitania” (cf. Ana Maria C. M. Jorge – O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1: Formação e limites da Cristandade. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 27).

99 Gisela Ripoll López – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bones Lletres, 1998, p. 33. 60. 65.

100 Michel Kazanski – *Les Goths (Ier-VIe après J.-C.)*. Paris: Éditions Errance, 1991, p. 101. 103.

homogeneidade, enquadrado pela vigência efetiva de normas rigorosas. Na verdade, e sob a superfície, coexistiam diversos fundos culturais e religiosos, pelo que, consequentemente, foram múltiplas as soluções de enterramento adotadas. A origem do grupo, as tradições que orientavam os seus modos de vida e até as opções familiares, alcançaram primazia e sobrepuseram-se, inclusivamente, às prescrições conciliares que foram sendo emanadas pela hierarquia eclesiástica nestas centúrias de “transição”. Não há dúvidas, porém, de que a heterogeneidade é mais premente ao longo dos séculos V e VI, e especialmente em meio rural, onde a variabilidade subjacente aos espaços funerários é declaradamente mais vigorosa. Em contrapartida, o século VII parece apresentar um registo paulatinamente menos diferenciável, fruto das renovadas formas de relacionamento social entre grupos e da sua adaptação aos contextos.

Não obstante, não há como negar que são muitas as ambiguidades. E, aliás, não deixa também de ser sintomática da ambivalência a própria impossibilidade de inferir que enterramentos cristãos “ortodoxos” seriam aqueles de onde a componente artefactual se encontra completamente ausente. Com efeito, o pressuposto de que existe uma relação direta entre a adesão à crença e o despojamento total dos túmulos tem vindo a ser contrariado pela exumação de materiais em contexto sepulcral, alguns dos quais, providos de simbologia declaradamente cristã. Como interpretar tais realidades...e tal aparente paradoxo? Estaremos perante renovadas formas de indicar uma identidade? Ou, simplesmente, de reminiscências de práticas propiciatórias? Serão elas justificáveis em função das dificuldades daquela que se tornou a “fé oficial” em penetrar num substrato com práticas muito enraizadas? Resultam de tentativas de harmonização entre contributos proporcionados por diferentes fundos culturais? Perguntas pertinentes, mas que não encontram ainda base de sustentação suficientemente sólida para que lhes seja dada resposta plenamente satisfatória. Provavelmente, aliás, teremos que ensaiar diferentes caminhos e esperar respostas também elas não uniformes para todas as questões que continuam a colocar-se com premência a cada uma das componentes do mundo funerário.